



Câmara Municipal de Caminha

ATA NÚMERO 04/13-17 DA REUNIÃO PÚBLICA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E CATORZE

*Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, na sede da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **LUIS MIGUEL DA SILVA MENDONÇA ALVES** e com a presença dos Senhores **GUILHERME CESÁRIO LAGIDO DOMINGOS, ANA SOFIA GARCIA BARROS SÃO JOÃO, RUI PEDRO TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA, FLAMIANO GONÇALVES MARTINS, LILIANA SOFIA BOUÇA SILVA E MANUEL SOUSA MARQUES.***

Iniciada a reunião, às 16 H 30 M, pelo Senhor Presidente **Luís Miguel da Silva Mendonça Alves** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Presidente** agradeceu à Junta de Freguesia, na pessoa do Senhor Presidente da Junta, por ter cedido as instalações para a realização desta reunião, e a presença do público. Disse que as reuniões descentralizadas obedeciam aos mesmos critérios que as reuniões ordinárias, mas, em vez de apresentarem propostas, o único ponto na ordem de trabalhos era ouvir as pessoas que se tinham inscrito para intervir. Relembrou que cada pessoa tinha direito a cinco minutos para falar e depois o executivo daria nota sobre as intervenções. Por fim deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora.



Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora** referiu que era com prazer que Riba de Âncora recebia a quarta reunião descentralizada da Câmara Municipal. Disse que ia mencionar alguns dos assuntos que tinha discutido com o Senhor Presidente em reuniões, porque era importante as pessoas saberem que estavam a debater as questões mais importantes da freguesia. Referiu que tinham discutido a questão da monografia de Riba de Âncora; protocolos; delegação de competências; buracos (acrescentando que o facto de ter demorado algum tempo a serem tapados tinha sido da sua responsabilidade, pois tinha dito ao Senhor Presidente que não queria que fossem feitos trabalhos em Riba de Âncora sem o seu conhecimento); o acompanhamento da Câmara Municipal das obras de saneamento, estações elevatórias e reclamações de particulares; iluminação pública; limpeza e existência de um conjunto de livros de antigos mosteiros da região norte que tinham sido transferidos para a Câmara Municipal de Caminha para respetiva recuperação; a aquisição de algum equipamento para a junta de freguesia, sendo que algum desse equipamento já se encontrava na sede da junta (uma máquina de lavar a alta pressão); pavimentação de caminhos; apoio para pintar o cemitério, a capela mortuária, o edifício da junta, muros, telhados e diversas reparações (sendo que a Câmara tinha informado que o que podiam fornecer no momento era o material para fazer o serviço, tendo a Junta de Freguesia ficado responsável pela mão-de-obra). Enfatizou que sem o apoio da Câmara Municipal, dos funcionários da mesma e do Conselho Diretivo dos Baldios não teria sido possível ter realizado este trabalho. Disse que também tinha discutido a situação da Escola Comendador Ramos Pereira, nomeadamente se era possível a escola voltar a ser propriedade da freguesia, pois o objetivo era criar um centro de interpretação de artes na escola. Referiu que queriam que o edifício estivesse recuperado para a realização do Dia de Riba de Âncora e que para isso era necessário 10 mil euros para fazer a renovação por fora, sendo que o seu interior estava a ser recuperado pela Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Disse que queriam associar este dia à Festa da Broa e prestar homenagem a todos os professores da Escola Comendador Ramos Pereira e ao



Câmara Municipal de Caminha

próprio Comendador. Mencionou que, nesse dia, o terceiro domingo de agosto, iam ter a funcionar os ateliês das artes da freguesia, nomeadamente os palmitos, o granito, a carpintaria e o estuque. Disse que sabia que o tempo estava a ficar apertado, mas iam fazer o que era possível.

Referiu que queria felicitar o Senhor Júlio Melro e respetiva equipa pelo empenho depositado na obra realizada na Estrada Campo de Viana, que teve de ser rápida para que a estrada não ficasse inoperacional. Disse que também tinha falado sobre o polo desportivo, pois não considerava a obra realizada aceitável e considerava que o empreiteiro devia ser responsabilizado. Referiu que tinham descoberto, quando tinham pesquisado sobre a Escola Comendador Ramos Pereira, que havia muitas propriedades que estavam indevidamente registadas no nome da Junta de Freguesia, no entanto a situação estava a ser tratada caso a caso. Por fim disse que o objetivo da Junta de Freguesia não era ficar à frente de nenhuma das freguesias do concelho, mas sim não ficar atrás.

A **Senhora Maria Filomena Martins** saudou os presentes e perguntou o que estava a ser feito para que o encerramento da escola básica e do jardim-de-infância de Riba de Âncora não se concretizasse; no caso de encerrarem, que medidas iam ser tomadas em relação ao acompanhamento e transporte das crianças; qual era a possibilidade de o jardim-de-infância não encerrar; quais eram as possibilidades propostas aos pais, uma vez que a indicação inicial era que as crianças seriam transferidas para Dem; e o que seria feito do edifício.

A **Senhora Vereadora Ana São João** disse que o critério de encerramento das escolas baseava-se em dados estatísticos, nomeadamente a não existência de matrículas suficientes, 20 ou 21 crianças, dependendo dos equipamentos. Disse que o facto de existirem centros escolares geograficamente próximos, sem ter em conta acessibilidades, tinha determinado o encerramento destes equipamentos por parte do Estado. Esclareceu que não estava em questão a extinção ou não, que, quando tinham sido confrontados com a proposta, a questão era o local de colocação das



Câmara Municipal de Caminha

crianças que estavam a frequentar os equipamentos. Disse que a proposta que o Governo tinha feito era que as crianças fossem colocadas no centro escolar de Dem e a contraproposta apresentada pelo executivo era que fossem para o jardim-de-infância e Escola EB1 de Vila Praia de Âncora.

A **Senhora Maria Filomena Martins** perguntou se a Senhora Vereadora não considerava demasiado precoce o Governo considerar que não ia haver matrículas suficientes antes proceder ao encerramento da escola.

A **Senhora Vereadora Ana São João** disse que tinha colocado a mesma questão, ou seja, por que razão acontecia nesta fase e não numa fase posterior; esclareceu que este era o procedimento que o Governo tinha avançado. Referiu que na sessão da Assembleia Municipal do dia anterior tinham apresentado uma moção de censura a esta prática. Esclareceu que não tinha sido dada a possibilidade de lutar contra o encerramento da escola, mas sim de negociar a proposta de um local onde as crianças seriam colocadas. Explicou que o Governo não tinha em consideração outros critérios que não o número de crianças.

A **Senhora Maria Filomena Martins** perguntou se queria dizer que o encerramento não era revogável.

A **Senhora Vereadora Ana São João** disse que todos os municípios tinham expressado que eram contra o encerramento de escolas e que tinham como dever debater-se pela escola pública; disse que era esse o dever para com as famílias, as crianças e as colaboradoras, porque a questão arrastava todas as pessoas da comunidade, que perdia do ponto de vista humano. Disse que tinham enviado, fruto de uma reunião de Câmara, o posicionamento do executivo e dos restantes vereadores sobre este assunto, assim como uma moção de censura. Disse que o acompanhamento das crianças tinha de ser feito em parceria, de forma gradual, e que a vontade da Senhora Vereadora era que as colaboradoras acompanhassem as



Câmara Municipal de Caminha

crianças para a nova escola, desde que estas assim o quisessem. Disse que ia falar com a Junta de Freguesia sobre a questão do transporte, acrescentando que ainda não o tinham feito, porque tinham sido confrontados com esta notícia de forma abrupta. Relativamente à questão do edifício, disse que não podia avançar nenhuma informação, pois não tinha falado com o Senhor Presidente.

O **Senhor Presidente** explicou que esta era uma decisão do Governo, apesar de não ser verdadeiramente deste governo PPD/PSD/CDS, mas sim de um governo socialista anterior. Disse havia uma tendência para atuar sobre os territórios sem ter em conta as suas especificidades, como por exemplo nos casos da agregação de freguesias, extinção de serviços no Hospital de Viana do Castelo, serviços de finanças em risco e o encerramento de escolas. Referiu que esta era uma forma de gerir o país que podia ser eficaz em algumas matérias, pois em muitos casos era necessário haver algum espaço de racionalização de serviços; no entanto, na matéria das escolas parecia óbvio que as decisões tinham sido tomadas pelo “Google” e que no caso de Venade era absolutamente claro que tinham verificado que Moledo e Venade estavam muito próximos, sem ter em conta as acessibilidades; no caso de Riba de Âncora, relacionava-se com o facto de não conhecerem as condições existentes. Disse que isto colocava dificuldades, pois apesar de considerar a ideia de encerramentos errada, a transferência proposta era “absolutamente errada”. Referiu que o executivo tinha sido unanime na rejeição do encerramento de escolas, acrescentando que o Senhor Vereador Flamiano Martins tinha adotado uma postura de absoluto combate a esta matéria. Disse que tinha sido necessário optar por uma decisão que tentasse amenizar a situação para apresentar ao Ministério e que tinham de tentar criar condições para que as crianças pudessem ter o acompanhamento das colaboradoras com que estavam familiarizadas e tentar criar condições com a Junta de Freguesia no sentido de criar situações de mobilidade que pudessem servir a população. Por fim disse que esta era uma matéria que os unia e que o risco de tentar encontrar soluções perfeitas podia levar a que nem as soluções razoáveis fossem alcançadas.



Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor Domingos Velho** saudou os presentes e leu:

“Desejo saudar o Senhor Presidente da Câmara, assim como os Senhores Vereadores, por se dignarem vir a Riba de Âncora, em reunião descentralizada da Câmara Municipal de Caminha, ouvir as nossas reivindicações no sentido de melhorar a nossa freguesia, encontrando as melhores soluções para as necessidades mais prementes.

Será de louvar a ideia levada à prática da realização destas reuniões de Câmara, indo, deste modo, ao encontro das preocupações que mais afligem os moradores das freguesias do nosso concelho.

Obrigado por isso e o nosso sincero agradecimento.

Após esta breve introdução, gostaria que nos informassem sobre a obra do saneamento básico a decorrer nesta freguesia de Riba de Âncora.

Os trabalhos tiveram início no final do ano de 2011. Decorrido todo este tempo, a obra ainda não está terminada.

Não ignoramos que este tipo de trabalhos afete os moradores por dificultar a regular circulação de pessoas e viaturas, além de outros inconvenientes. Compreendemos as alterações pontuais que a obra envolve. Não entendemos o atraso na reposição do pavimento e sua correção dos arruamentos e caminhos onde houve intervenção.

Pelo exposto, peço a V. Ex.^{as}, Câmara Municipal, para que pressionem a empresa executante da obra e que retome os trabalhos e os termine no mais curto espaço de tempo, repondo e reparando, onde se justificar, o pavimento, concluindo a rede de saneamento, as respetivas ligações e a imediata entrada em funcionamento deste importante melhoramento. Este é um dos nossos grandes anseios.

Tenho ainda a expor um segundo ponto, que se refere ao edifício da Escola Comendador Ramos Pereira. É do meu conhecimento que este assunto já foi posto pela Junta de Freguesia à consideração do Senhor Presidente para posterior resolução.



Câmara Municipal de Caminha

Este é para mim um tema muito caro, foi para tantos de nós, naquela escola, onde aprendemos a conhecer as primeiras letras, base da nossa formação, a «nossa Universidade». Por isso temos um carinho profundo por aquela escola.

Sabemos, no presente, que é seu titular o Estado Português, situação anómala que não pode continuar, queremos exercer o legítimo direito de titularidade daquele edifício, através da nossa Junta de Freguesia.

Peço ao Senhor Presidente, em meu nome, penso que neste momento também o posso fazer em nome dos cidadãos e cidadãs de Riba de Âncora, diligencie com a Junta de Freguesia junto das instâncias próprias que a Escola volte à posse da Freguesia de Riba de Âncora, fazendo justiça à vontade do seu benemérito doador, Comendador José Bento Ramos Pereira.

Passo a fotocópia da portaria n.º 3989 de 14 de abril de 1924.”

Por fim disse que estava à disposição para contribuir para que o processo de retoma do edifício avançasse.

O **Senhor Francisco Domingues** disse que o assunto que ia apresentar estava relacionado com a água, nomeadamente os cursos naturais de água. Disse que Riba de Âncora tinha uma qualidade de água excelente e que, apesar de ser do conhecimento geral que estes recursos naturais deviam ser preservados, era necessário intervir neste domínio urgentemente, particularmente realizar limpezas, desde a nascente e em todo o seu percurso, para preservar a biodiversidade e qualidade do local.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** referiu que considerava estas reuniões extremamente importantes, em particular porque permitiam um contacto direto com as preocupações de cada uma das freguesias, sendo que havia cada vez mais participação.

Disse que havia uma tendência para fazer primeiro o mais fácil e deixar para o fim o mais difícil e que isto tinha acontecido com as obras de saneamento do concelho, em particular com a empreitada da zona sul de Vila Praia de Âncora e que incluía



Câmara Municipal de Caminha

Riba de Âncora. Referiu que, para além disto, tinha acontecido um episódio altamente desagradável em qualquer obra pública, nomeadamente um processo de falência a meio da empreitada, o que tinha complicado a situação. Explicou que esta obra tinha vários episódios de complexidade, como estações elevatórias que tinham levantado problemas e a reposição dos pisos. Mencionou que estava previsto que o problema estivesse resolvido em outubro deste ano.

Disse que o assunto que o Senhor Francisco Domingues tinha referido era extremamente interessante e que, apesar de ser óbvio, era muitas vezes esquecido: a organização da sociedade determina a relação com o meio, como quando se passava de uma sociedade agrícola/rural para uma sociedade urbana. Disse que o problema subsistia, pois estavam a pôr em causa a biodiversidade dos ecossistemas e se a organização social não permitia a sua gestão, tinham de encontrar uma nova gestão. Disse que considerava que a sugestão proposta interessante, no sentido de se arranjar forma de promoverem iniciativas nas linhas de água e percursos rurais e trilhos pedonais justo às mesmas

O **Senhor Presidente** disse que havia desafios diferentes no concelho no que dizia respeito ao saneamento; referiu que havia freguesias que tinham problemas associados à dificuldade que existia de colocação do saneamento, ou seja, tinham pouca implantação da rede de saneamento, sendo que em alguns casos estavam a falar de grandes aglomerados e noutros pressupunha decidir se era viável um investimento para chegar a uma ou duas casas; disse que existia outro tipo de situações, onde a infraestrutura estava presente, mas por qualquer razão, ligada às estações elevatórias ou a uma dificuldade em convencer os cidadãos a fazer as ligações, não estava verdadeiramente a funcionar em pleno; disse que havia ainda outras situações, onde estava tudo a funcionar em pleno, mas não havia capacidade rápida ou de voltar a colocar os arruamentos como estavam antes ou tinham sido colocados de forma defeituosa, criando problemas na estabilização do arruamento. Mencionou que existiam várias dimensões deste problema por todo o concelho, mas que em Riba de Âncora existiam as três. Disse que o esforço da Câmara,



Câmara Municipal de Caminha

juntamente com a Junta de Freguesia, apontava mais para acelerarem o que dizia respeito ao estado dos pisos que tinham sido intervencionados no âmbito da colocação do saneamento. Disse que este projeto tinha algum tempo, o financiamento tinha sido encontrado pelo anterior executivo e beneficiava a parte sul de Vila Praia de Âncora, Vile e Riba de Âncora.

Em relação à Escola Comendador Ramos Pereira, disse que a posição de princípio da Câmara Municipal era que se existiam projetos de dinamização e valorização que servissem não só os equipamentos que estavam abandonados ou subaproveitados, mas também a comunidade, estes deviam ser abraçados. Disse que a dificuldade tinha a ver com o facto de este edifício fazer parte do acervo do Estado, nomeadamente do Ministério das Finanças. Disse que, nestes casos, ou o Estado precisava de dinheiro e vendia o património, o que não interessava ao município, porque a sua reivindicação era que esta Escola tinha sido atribuída pelo benemérito para o exercício de funções de instrução, no entanto, era mais eficaz batalhar para que houvesse uma cedência de, no mínimo, várias décadas e para que isto acontecesse era necessário existir um projeto. Esclareceu que existia um projeto, como o Senhor Presidente da Junta tinha referido, e que a Câmara estava a tentar estabelecer uma memória descritiva do mesmo, para se perceber que, para além da ideia, existe capacidade de o desenvolver, por isso era necessário algum tempo. Disse que compreendia o Estado nesta questão, pois a cessão de edificado só resolvia o problema inicial, porque se não existia um projeto, os edifícios continuavam a degradar-se e nesses casos já não tinham competência para atuar sobre os mesmos. Disse que o Senhor Presidente de Junta tinha compreendido isto e tinha estado a trabalhar com a Câmara de modo a encontrar a solução, pois, assim, quando houvesse cedência, sabia-se para que era e assumiam as responsabilidades para que a escola pudesse funcionar. Disse que era isto que justificava o tempo que ia demorar convencer o Ministério das Finanças de que a podia ceder à freguesia.



Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor Zeferino Ribeiro** perguntou se era possível colocar postes de luz na entrada da sua casa, no caminho público; referiu que tinha pedido a muita gente, mas ninguém o tinha feito. Em segundo lugar, solicitou que fosse realizada a limpeza do caminho público por trás da sua casa.

O **Senhor Presidente** informou que a questão dos postes era uma competência da EDP; referiu que durante o anterior executivo tinha sido realizada uma recolha de pontos de iluminação necessários no concelho e era possível que nesse estudo já estivesse previsto. Disse que, através da morada do Senhor Ribeiro, iam realizar uma avaliação, para poder dar resposta ao pedido. Referiu que as matérias que não dependiam exclusivamente da Câmara podiam ser mais difíceis de resolver, pois às vezes não era dada resposta a reivindicações e cartas.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** disse que ia pedir a alguém que verificasse a situação em relação à limpeza do caminho.

A **Senhora Laudelina Ribeiro** perguntou como tinha sido discutida a questão da sua habitação social em reunião de Câmara.

A **Senhora Vereadora Ana São João** disse que a situação era conhecida pelos serviços de ação social desde 2011. Referiu que era uma questão que não afetava e preocupava só a Senhora Laudelina Ribeiro e que várias pessoas tinham tentado ajudar. Disse que ia tentar perceber o que tinha sido feito e o que se podia fazer. Mencionou que percebia que a Senhora Laudelina Ribeiro tinha tido a expectativa de que, ao abrigo do antigo programa Caminhabita, tivesse sido possível usufruir de algum apoio, no entanto isso não tinha acontecido, portanto era necessário começar de novo. Solicitou algum tempo para poder analisar a questão e dar uma resposta sobre como podia ajudar.



Câmara Municipal de Caminha

A **Senhora Carina Pires** saudou os presentes e perguntou se era possível usufruir da redução da taxa relativamente ao processo de obras 1/2012. Disse que tinha falado com o Senhor Vereador Guilherme Lagido, que tinha dito que não era possível usufruir da redução de taxas, uma vez que o processo tinha entrado em 2012.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** disse que esta questão permitia esclarecer algumas coisas, pois havia muitas vezes a ideia de que os vereadores e presidentes de Câmara tinham poderes discricionários e ilimitados e decidiam resolver uns problemas e outros não. Esclareceu que os presidentes de Câmara e os vereadores regiam-se por regras criadas a determinados momentos, que eram opções políticas que davam origem a determinados procedimentos que entravam em vigor e depois viam se as situações se adequavam ou não aos procedimentos definidos. Disse que o caso apresentado tinha entrado e sido deferido em 2012 e o incentivo a que a interveniente se queria candidatar tinha sido aprovado em 2013. Disse que a questão não se resolvia com uma atitude discricionária, mas sim se se entendesse, em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, que se deviam alterar as normas, por exemplo, para não ser a data de entrada ou de aprovação da norma a contar, mas sim a data de emissão da licença. Acrescentou que o que estava em causa era se se devia alterar este procedimento, o que devia ser discutido.

A **Senhora Maria Fátima Alves** cumprimentou os presentes e pediu ao Senhor Presidente que a situação na sua propriedade, no Lugar do Medo, fosse resolvida, pois desde que a Câmara Municipal realizou obras no caminho de servidão, a propriedade fica inundada. Disse que já se tinha dirigido a vários executivos, como o do Senhor Domingos Velho, Senhor Luciano Santos e ao executivo da Câmara Municipal anterior, para resolverem a situação, e sempre disseram que iam resolver, mas até ao momento ainda não tinha sido feito nada.

Do mesmo modo, disse que, no caminho público, no Lugar de Juia, tinham feito um poço de saneamento e a máquina precisava de autorização para tirar o entulho.



Câmara Municipal de Caminha

Disse que não autorizava, porque deixavam sempre a propriedade em mau estado e a Senhora Maria Fátima Alves é que tinha de resolver a situação.

O **Senhor Presidente** disse que não podia dar uma resposta no momento, mas que ia responder por escrito.

O **Senhor Vereador Flamiano Martins** saudou os presentes e leu:

“Vou começar a minha intervenção com um poema.

Um poema escrito por uma pessoa que nunca renunciou à sua terra e que até ao último momento não esqueceu e fez questão de ficar aqui em Riba de Âncora, Fina d'Armada:

RIBA DE ÂNCORA

Dependurado ali estava,

Misterioso, imponente,

Com cores diversas pintadas

Letras e linhas traçadas.

Era como mapa estelar

De galáxia por encontrar!

- Onde fica professora

A minha terra no mapa?

Um dia tu saberás.

As mais velhas já sabiam

Nele descobrir cidades,

Apontar serras, estradas,

Linhas férreas, a Espanha,

Rios, fronteiras, nascentes,

Oceanos, afluentes.



Câmara Municipal de Caminha

*-Onde fica, professora,
A minha terra no mapa?
(Perguntei já sem receio)*

*- Vai brincar!
Agora é recreio.*

*Fiquei na mesma plantada
Diante do mapa estelar
De galáxia por encontrar.*

*- Onde fica, professora,
A minha terra no mapa?*

Pedi-me então para olhar:

*- Aqui pertinho do mar.
Vês Viana? Vês Caminha?
- Âncora aqui e mais acima
Fica já Ponte de Lima.*

*- E Riba de Âncora, professora,
Onde fica ela no mapa?*

*E num espaço vazio
Sem qualquer letra pintada
Nem serra ou rio importante
Nem linha férrea traçada,
O dedo da professora
Para mim só apontou
A maior terra do mundo*



Câmara Municipal de Caminha

Que gravei bem lá no fundo

Enquanto estremeci:

- Fica mais ou menos por aqui.

Riba de Âncora é uma pequena freguesia, com cerca de 730 habitantes. Pertence-lhe uma área de baldio com cerca de 500 hectares. Tem uma área arável com alguma expressão. Destaco algumas micro empresas ligadas à construção civil e à mecânica e uma agência funerária com grande expressão no concelho de Caminha. A heráldica de Riba de Âncora faz justiça a uma das atividades artesanais mais expressivas do concelho de Caminha. Os palmitos e outras artes decorativas da Casa Sales ultrapassaram há muito as fronteiras do nosso concelho.

Quero também aqui enaltecer a história de Riba de Âncora, a paróquia mais antiga do Vale do Âncora, o seu património construído e a sua dinâmica associativa: Comissão Fabriqueira, Conselho Diretivo dos Baldios, ARA, Associação Cultural e Recreativa de Riba de Âncora, Escola de Música de Riba de Âncora e Associação de Pais da EB1/JI. Vários eventos/atividades se destacaram ao longo dos tempos: o teatro, o folclore, a música, publicação de um jornal, o mega cozido, festa ao emigrante, os cortejos, as marchas.

Sr. Presidente,

Sei qual o programa que a Junta de Freguesia quer para Riba de Âncora. Além de algumas obras, existem projetos que vão exigir muita colaboração, não só das outras instituições da freguesia, mas também da Câmara Municipal. Sei também que há compromissos seus para realizar esses projetos. Riba de Âncora pode ser um espaço vazio no mapa, mas merece que as autarquias zelem pela animação cultural das aldeias, pela manutenção da sua beleza, dos seus usos e costumes do seu património histórico construído.

A atividade cultural e a dinâmica existente em Riba de Âncora, aliada à vontade de concertar esforços de todas as instituições da freguesia, vão necessitar de ter um forte sinal de V. Ex.^a para a construção de uma cobertura do polidesportivo da



Câmara Municipal de Caminha

freguesia, para aí se potenciarem eventos que façam brilhar este pequeno pontinho no mapa que é Riba de Âncora.

A Escola nova a funcionar desde 1982, por vontade do Governo, será fechada. Temos consciência de que há poucas crianças e alunos, mas o serviço de excelência que este estabelecimento de ensino presta à comunidade não pode ser ignorado e, por isso, solicitamos a V. Ex.^a todos os esforços para que a decisão seja revogada. Temos a certeza de que o fecho da escola trará um impacto negativo à freguesia, que luta pela fixação da sua população. Se queremos dinamizar o interior e as freguesias rurais, não podemos fechar serviços fechando tudo o que aparentemente não dá “lucro” ou não tem escala.

Mas também precisamos de ter melhores caminhos. Não tanto alargamentos, que trazem custos acrescidos e, nesta altura, temos de ser contidos, mas o arranjo do piso de várias vias e que a nossa Junta de Freguesia bem conhece.

Queremos preservar os nossos recursos naturais, a nossa paisagem, o nosso ambiente. É essencial que, após a conclusão da obra de saneamento que está a decorrer, alargar-se a rede à restante freguesia. O projeto está elaborado. Procurem-se financiamentos nos próximos quadros comunitários.

Como disse, Riba de Âncora tem uma grande área arável e florestal, aliás muito bem gerida pelo Conselho Diretivo dos Baldios. São áreas que todos sabem que me são muito queridas. Estou convicto que temos de revitalizar a agricultura, a produção florestal e a criação de gado. É escandaloso que não produzamos o que consumimos.

O executivo municipal deve promover a agricultura familiar e tradicional, porque é a que melhor se adapta às nossas aldeias, nomeadamente Riba de Âncora. Devemos ajudar a complementar o orçamento das famílias. Não podemos ser todos prestadores de serviços, comerciantes ou barmen. De nada vale atraírem-se turistas para as nossas aldeias ou para o nosso concelho com o interior sem gente, com as nossas aldeias mortas e algumas transformadas em dormitórios.

Relativamente à área social, aqui bem representada pelo Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora, também há uma palavra a dizer e algo a pedir a



Câmara Municipal de Caminha

V. Ex.^a. O Centro funciona com as valências Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Apoia neste momento 32 utentes de Riba de Âncora e das freguesias vizinhas.

Além das dificuldades normais da instituição, devido à conjuntura económica, depara-se com problemas relacionados com o licenciamento das instalações que só serão ultrapassados se houver uma estreita colaboração com o executivo municipal.

Sr. Presidente,

Como vê, Riba de Âncora, um espaço vazio no mapa, é um espaço bem cheio no nosso peito. Há muito a fazer por esta terra. Esperamos que os nossos dirigentes não considerem a nossa terra um espaço vazio, sem nada, mas uma freguesia que merece ter tudo, não mais do que as outras, mas aquilo que merece.”

O **Senhor Presidente** disse que estas reuniões de Câmara descentralizadas tinham sido criadas para serem um espaço diferente de outros, como reuniões de Câmara ordinárias, Assembleias Municipais, atendimento ao público, correspondência, para ouvir a população e perceber que existiam reivindicações que muitas vezes não conheciam. Disse que estas reuniões tinham várias vantagens: permitiam ao executivo conhecer melhor cada uma das freguesias, porque tinham de estudar os assuntos levantados; permitiam uma intermediação direta entre as pessoas presentes e o executivo; permitiam assumir compromissos de resolução de problemas num determinado espaço de tempo, que, passados catorze meses, podiam ser avaliados pela população para, posteriormente, o executivo explicar por que razão algumas coisas não tinham acontecido; permitiam que os serviços estivessem atentos às preocupações e problemas reais das pessoas.

Disse que queria dar testemunho do trabalho feito pelo Senhor Presidente de Junta, que tinha por base o estabelecimento de regras muito simples, nomeadamente “lealdade absoluta”, “não agressão por motivos fúteis” e honestidade.

Disse que Riba de Âncora tinha características muito interessantes que deviam ser valorizadas e aproveitadas, pois estava suficientemente perto e longe quer da saída da autoestrada, quer da zona mais urbana, junto ao mar, quer da zona mais afastada e recôndita, da serra ou da parte alta da montaria. Disse que o património



Câmara Municipal de Caminha

que Riba de Âncora carregava para todo o concelho era de paisagem, que devia ser valorizada e protegida. Disse que as pessoas visitavam o concelho não só por causa do mar, das festas, da Rua Direita ou do peixe em Vila Praia de Âncora, mas também devido à paisagem, sendo que o concelho conseguia proporcionar este pacote e Riba de Âncora tinha paisagem, tradição e valorização dos produtos produzidos, como os que tinham feito parte da Mesa de Páscoa. Disse que nem todos os problemas de Riba de Âncora podiam ser resolvidos, mas havia capacidade e, sobretudo, vontade do executivo de trabalhar com Riba de Âncora, para que pudesse ser assinalada no mapa, num nível de desenvolvimento que o concelho merecia e tinha de alcançar a bem das famílias e empresas, por isso era bom poderem dialogar, divergir e encontrar soluções para a freguesia e para o concelho.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 20 horas e 30 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.

Paços do Município do Concelho de Caminha, 30 de abril de 2014

ASSINATURAS:

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Luís Miguel da Silva Mendonça Alves)

A SECRETÁRIA

(Anabela Pereira Monteiro)